



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: 0002188-24.2017.8.26.0566
 Classe - Assunto: Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo
 Documento de Origem: CF, OF, IP-Flagr. - 796/2017 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 411/2017 - 5º Distrito Policial de São Carlos, 68/2017 - 5º Distrito Policial de São Carlos
 Autor: Justiça Pública
 Réu: WELLINGTON GABRIEL DE OLIVEIRA LIMA

Réu Preso

Justiça Gratuita

Aos 27 de abril de 2017, às 15:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como do réu **WELLINGTON GABRIEL DE OLIVEIRA LIMA**, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor, Dr. Joemar Rodrigo Freitas, Defensor Público. Iniciados os trabalhos foram inquiridas as vítimas Laura Motta, Bruno Aparecido da Silva Custódio e Vinicius Nepomuceno Freitas, bem como as testemunhas de acusação Rogério Aparecido da Silva e Helison Dolara, em termos apartados. Ausente a testemunha de acusação Willian Ferreira, policial militar em férias. As partes desistiram da oitiva do mesmo, o que foi devidamente homologado pelo MM. Juiz, que passou a interrogar o acusado, o que foi feito também em termo apartado. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: A ação penal é procedente. O réu foi reconhecido pelas vítimas. Foram duas vítimas, portanto, entre os roubos deve ser reconhecido o concurso formal, visto que, unidos, o réu e o menor visaram patrimônios distintos. O crime de corrupção de menores também restou demonstrado, visto que a vítima Vinicius confirmou que foi o menor Dolara quem subtraiu seu celular; ao ser ouvido, o menor também acabou confessando, tanto que ao ser ouvido em juízo disse que tentou cercar uma das vítimas que tentava fugir. O crime de corrupção é de natureza formal, não se exigindo prova da efetiva corrupção, sendo também indiferente que o menor já tenha antecedentes, sendo este o posicionamento tranquilo e atual do STJ. Entre os crimes de roubo em concurso formal perfeito, deve se reconhecer o crime de corrupção de menores, ambos que devem ser reconhecidos em concurso formal imperfeito, consoante já decidiu o STJ. Isto posto, requeiro a condenação do réu nos termos da denúncia, visto que em razão da natureza o regime deve ser o semiaberto. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: O réu é confesso, foi apreendido com a res furtiva, sendo inclusive reconhecido pelas vítimas. Sendo assim requer a fixação das penas-base no mínimo, reconhecimento da atenuante da confissão. O regime deve ser o semiaberto. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. WELLINGTON GABRIEL DE OLIVEIRA LIMA**, RG 41.616.483, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas dos artigos 157, § 2º, inciso II, do Código Penal e no art. 244-B, da Lei nº 8.069/90(ECA), c.c. os arts. 29 e 70, ambos do CP, porque no dia 12 de março de 2017, por volta das 22:38h, na rua José Missali, em



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

frente ao nº 907, Parque Santa Felícia, nesta cidade, WELLINGTON, o adolescente Helison Dolara, contando com 13 anos de idade, e um outro indivíduo não identificado, unidos pelo mesmo liame subjetivo, mediante grave ameaça e violência física, exercidas contra as vítimas Bruno Aparecido da Silva Custódio, Vinícius Nepomuceno Freitas e Laura Motta, subtraíram para eles um aparelho celular de marca Apple e ou outro celular de marca não identificada, pertencentes, respectivamente, aos ofendidos Laura e Vinícius. Consta também que no dia, horário e local acima mencionados, WELLINGTON corrompeu ou facilitou a corrupção do menor Helison Dolara, que contava com 13 anos de idade, com este praticando a infração penal acima indicada. Segundo foi apurado, na ocasião, as vítimas estavam conversando na via pública quando foram surpreendidas com a presença do denunciado, do menor Helison e do outro indivíduo, os quais combinaram a prática do roubo. Wellington, o adolescente e o outro comparsa, com as mãos sob as vestes, simularam estar armados e, com isso, conseguiram intimidar as vítimas, amedrontando-as. Assim, os três infratores passaram a agir. O indiciado Wellington, com força, agarrou a vítima Laura e puxou-lhe o celular que esta portava; em seguida, este denunciado avançou contra a vítima Bruno, com intenção de subtrair o celular dele, mas, este resistiu, quando o indiciado o ameaçou de morte; conquanto a intimidação, esta vítima conseguiu correr. Já o menor Helison, que também procurou demonstrar que estava armado, aproximou-se de Vinícius e retirou o celular das mãos dele; Helison fugiu com o aparelho celular, mas, foi perseguido e na fuga deixou cair o bem, que foi recuperado por esta vítima. Após a ação do denunciado e seus comparsas, os mesmos fugiram, levando o celular da vítima Laura. Policiais militares foram atender a ocorrência e, pelas características físicas, na rua João Stela, localizaram o denunciado e o adolescente Helison, que acabaram confessando a prática do roubo e indicaram onde o celular de Laura estava escondido, o qual foi apreendido. Com a sua conduta, o indiciado Wellington acabou corrompendo ou facilitando a corrupção do menor Helison Dolara. O denunciado e o adolescente foram reconhecidos pessoalmente pelas vítimas, como sendo os autores do roubo. O réu foi preso em flagrante sendo a prisão do mesmo convertida em prisão preventiva (páginas 81/82). Recebida a denúncia (página 89), o réu foi citado (páginas 102/103) e respondeu a acusação através da Defensoria Pública (pag.112/113). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas três vítimas e duas testemunhas de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação e a Defesa requereu a aplicação da pena mínima e regime correspondente. **É o relatório. DECIDO.** Está comprovado que houve o roubo, praticado pelo réu em parceria com mais dois adolescentes. O réu foi reconhecido pela vítima e testemunhas que estavam com a mesma e de certa forma também sofreram a investida do acusado. Este, no interrogatório de hoje, assistido do defensor, admitiu a prática do delito de roubo. Como já foi afirmado, sua confissão está em conformidade com os demais elementos de prova que foram colhidos na instrução. E além de tudo isso, houve a apreensão do celular levado pelo réu, que já o tinha escondido. No que respeita ao delito de corrupção de menor, também ficou comprovado nos autos que os réus agiram em parceria com um adolescente. Esta conduta hoje é suficiente para a caracterização do delito, pouco importando se o menor já era corrompido ou se não se corrompeu, pois se trata de delito de natureza formal, como está assentado na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que editou súmula a respeito, de nº 500, a saber: “A configuração do crime previsto no artigo 244-B, do Estatuto da Criança e do Adolescente, independe da prova da efetiva corrupção de menor, por se tratar de delito formal”. Também deve ser reconhecido o concurso formal entre os delitos, porque praticados no decorrer da mesma ação. Pelo exposto e por tudo mais que nos autos consta **JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA** para impor pena ao réu. Observando todos os elementos formadores dos artigos 59 e 60 do Código Penal, verificando que o réu é primário e confesso, esta última circunstância caracterizadora de atenuante, delibero fixar a pena-base dos crimes no mínimo, isto é, em quatro anos de reclusão e dez dias-multa a do roubo e em um ano

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

de reclusão a do delito de corrupção de menor. Em relação ao roubo, imponho o acréscimo de um terço em razão do concurso de agentes, o que resulta em cinco anos e quatro meses de reclusão e treze dias-multa. Torno estas penas definitivas à falta de outras circunstâncias modificadoras. **CONDENO**, pois, **WELLINGTON GABRIEL DE OLIVEIRA LIMA** à pena de **seis (6) anos, dois (2) meses e vinte (20) dias de reclusão** e ao pagamento de **quinze (15) dias-multa**, no valor mínimo, por terem transgredido o **artigo 157, § 2º, inciso II, c.c. os artigos 70, do Código Penal, e o artigo 244-B, da Lei 8.069/90**. Sendo primário e como confessou espontaneamente a prática dos delitos, que também não teve consequências para a vítima em razão da recuperação, delibero impor como regime inicial de cumprimento da pena o **semiaberto**, que reputo adequado e suficiente para o caso. Como permaneceu preso, assim deve permanecer agora que está condenado, não podendo recorrer em liberdade. Recomende-se o réu na prisão em que se encontra. Deixo de responsabiliza-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da justiça gratuita. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. **NADA MAIS**. Eu, Eliane Cristina Bertuga, escrevente técnico judiciário, digitei e subscrevi.

M. M. JUIZ:

M.P.:

DEFENSOR:

RÉU: